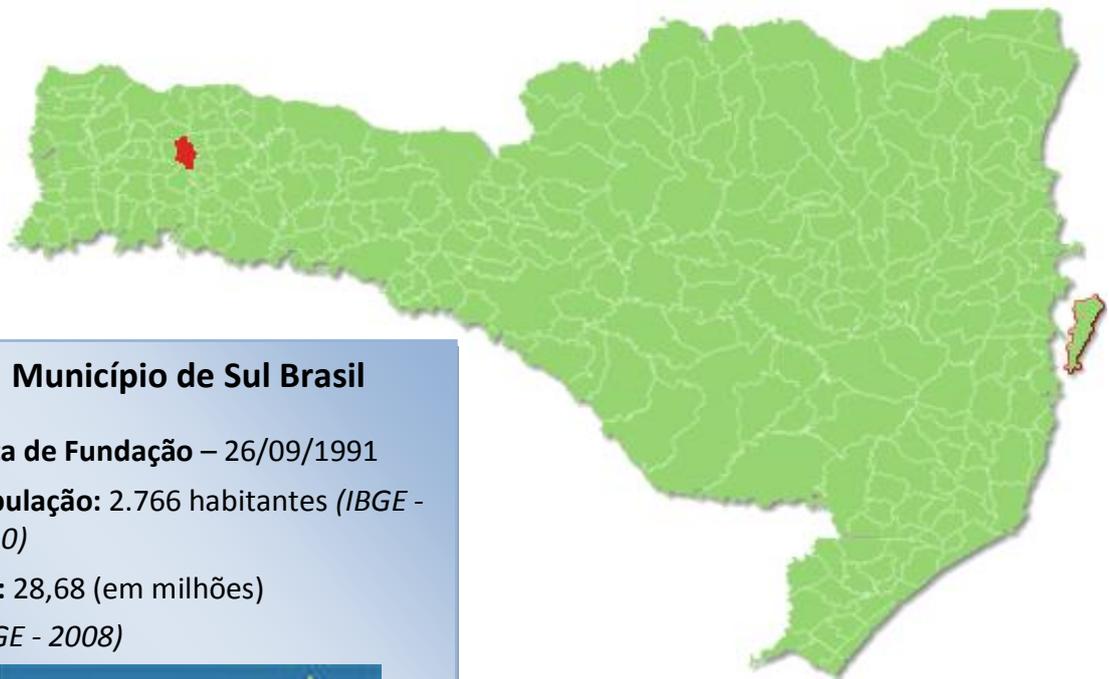




TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2010



Município de Sul Brasil

Data de Fundação – 26/09/1991

População: 2.766 habitantes (IBGE - 2010)

PIB: 28,68 (em milhões)
(IBGE - 2008)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	5
3.1. Apuração do resultado orçamentário	6
3.2. Análise do resultado orçamentário	6
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	7
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	14
4.1. Situação Patrimonial.....	15
4.2. Análise do resultado financeiro.....	16
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	16
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	19
5.1. Saúde	19
5.2. Ensino.....	21
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	21
5.2.2. FUNDEB.....	22
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	25
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município.....	25
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	26
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	27
6. DO CONTROLE INTERNO	28
7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.....	30
8. OUTRAS RESTRIÇÕES	33
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010	33
CONCLUSÃO.....	34
ANEXO	36
APÊNDICE 1	37

PROCESSO	PCP 11/00249076
UNIDADE	Município de Sul Brasil
RESPONSÁVEL	Sr. Jobert Peruzzo - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2010
RELATÓRIO N°	5034/2011

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Sul Brasil, relativas ao exercício de 2010.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2010 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Sul Brasil, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 03/10/2011.

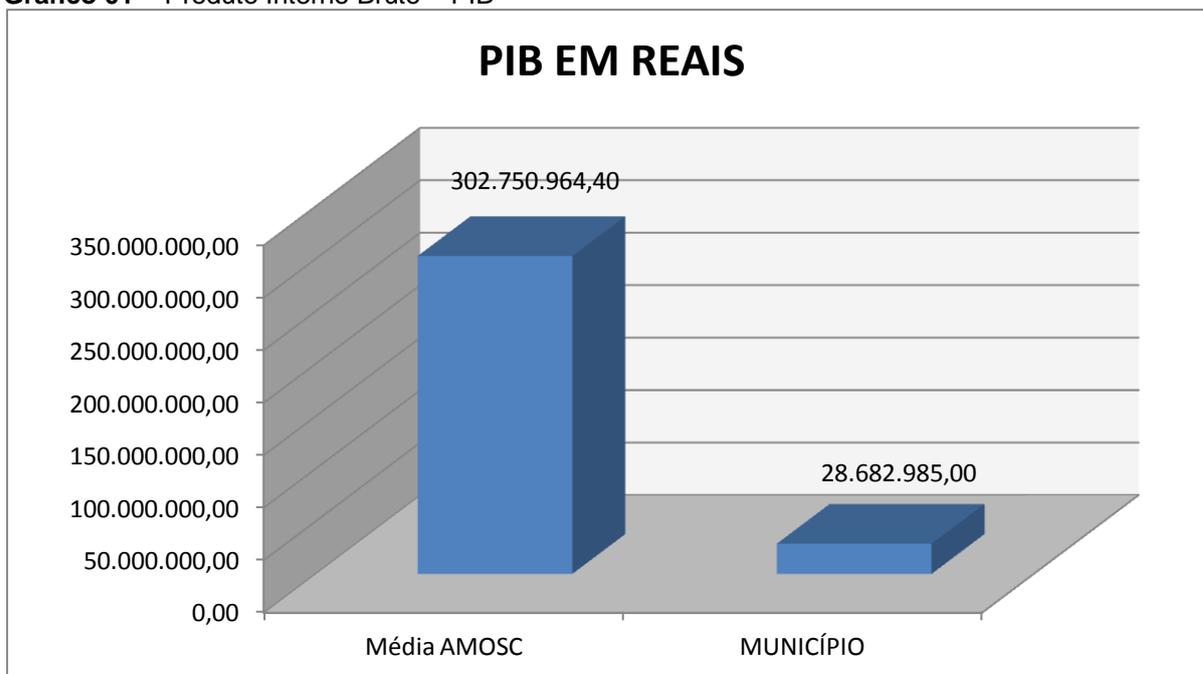
Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

O nome Sul Brasil, se deve a Companhia Colonizadora Sul Brasil que em 1944, coordenou a chegada de descendentes de imigrantes italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul. Pouco depois chegaram os poloneses. Todos porém tinha em comum a vontade de melhorar a qualidade de vida com a extração de madeira nas terras férteis e baratas. Até 1991, a cidade de Sul Brasil permaneceu como distrito de Modelo, quando conquistou sua emancipação.

O Município de Sul Brasil tem uma população estimada em 2.766² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,77³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 28.682.985,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 9.105,71, considerando uma população estimada em 2008 de 3.150 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2008

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Sul Brasil encontra-se na seguinte situação:

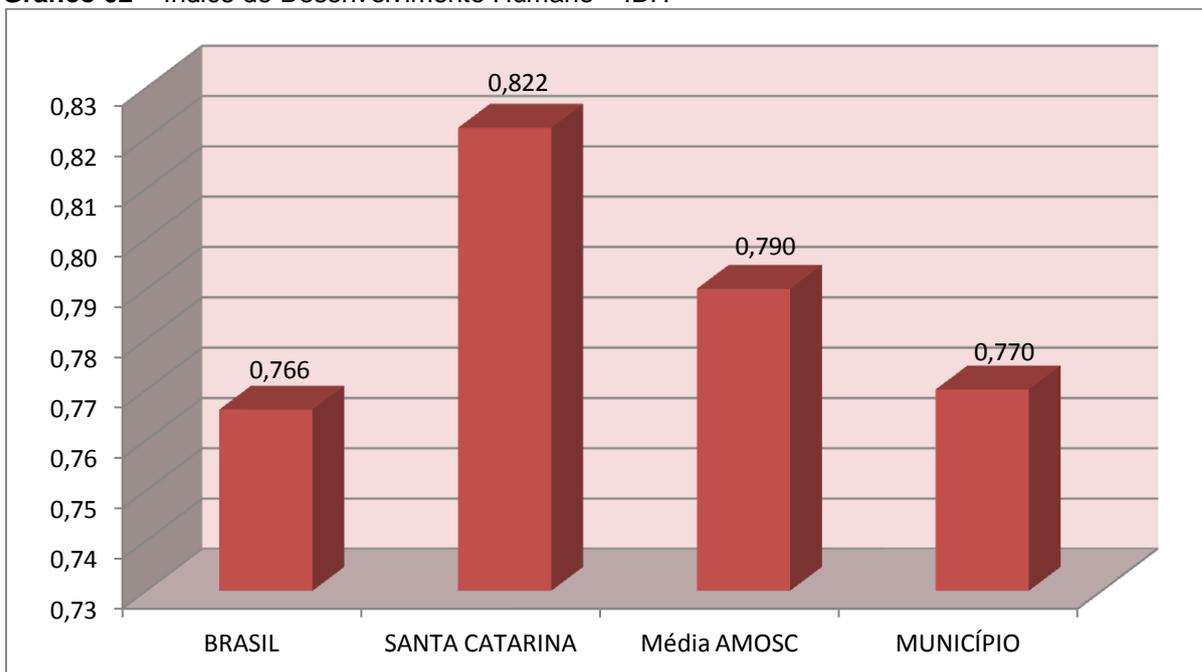
¹ Informação obtida em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2010

³ PNUD - 2000

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2008

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2000

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	10.800.000,00
PPA	714/2009	28/05/2009	DESPESA FIXADA	10.800.000,00
LDO	719/2009	28/05/2009		
LOA	724/2009	14/09/2009		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

A execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2010

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	10.800.000,00	7.545.967,67	69,87
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	11.809.872,16	7.345.278,60	62,20
Superávit de Execução Orçamentária		200.689,07	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 200.689,07**, correspondendo a **2,66%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 200.689,07, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 200.689,07.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do município de Sul Brasil nos últimos 5 anos:

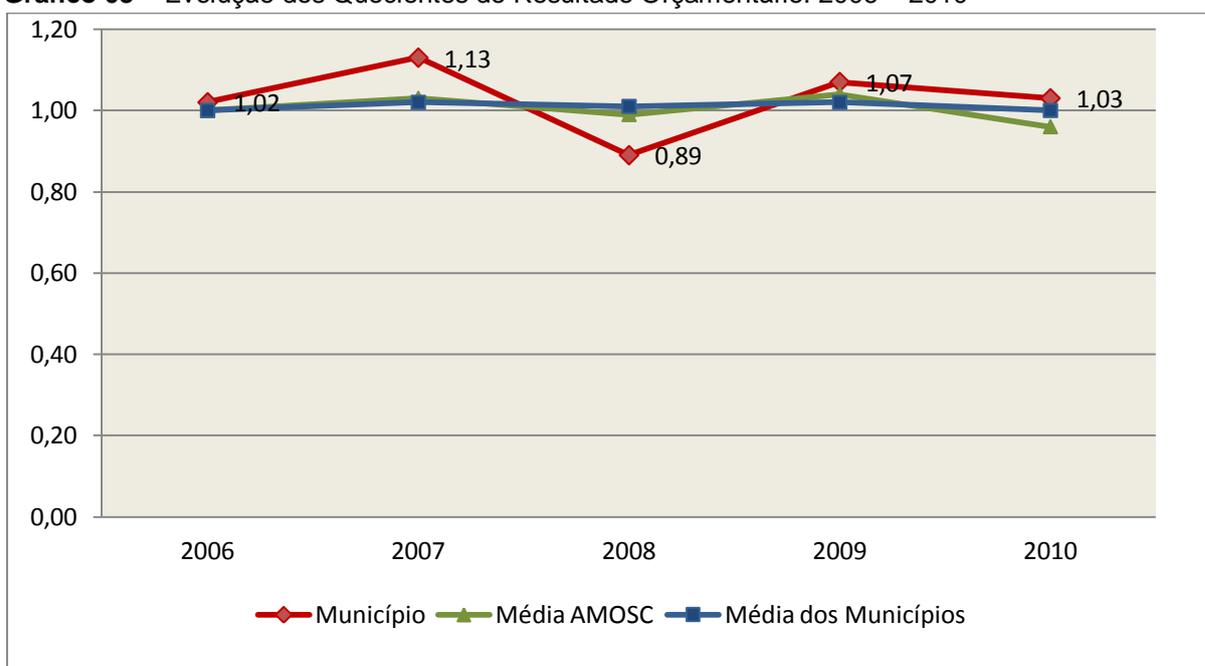
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2006-2010

ITENS / ANO		2006	2007	2008	2009	2010
1	Receita realizada	5.132.549,77	5.942.488,68	7.084.936,45	7.022.509,70	7.545.967,67
2	Despesa executada	5.048.044,57	5.277.545,07	7.956.858,88	6.574.891,29	7.345.278,60
QUOCIENTE		2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,02	1,13	0,89	1,07	1,03

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 7.545.967,67**, equivalendo a **69,87%** da receita orçada.

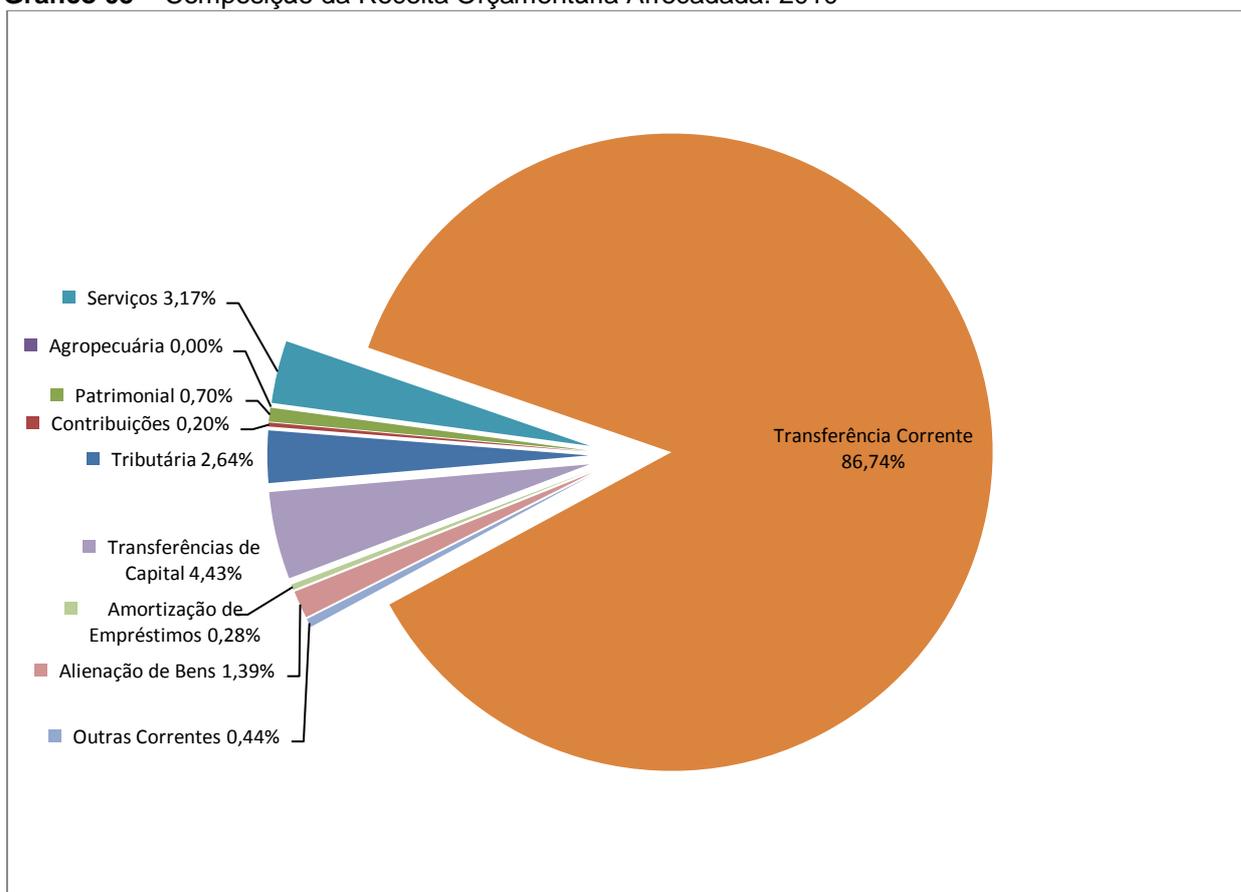
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2010

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	271.700,00	199.420,89	73,40
Receita de Contribuições	15.000,00	15.317,43	102,12
Receita Patrimonial	43.160,00	52.641,66	121,97
Receita Agropecuária	4.000,00	100,00	2,50
Receita de Serviços	174.000,00	239.079,63	137,40
Transferência Corrente	6.483.640,00	6.545.574,93	100,96
Outras Receitas Correntes	16.000,00	33.005,58	206,28
Alienação de Bens	130.000,00	105.260,00	80,97
Amortização de Empréstimos	45.000,00	21.401,81	47,56
Transferências de Capital	3.617.500,00	334.165,74	9,24
TOTAL DA RECEITA	10.800.000,00	7.545.967,67	69,87

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2010

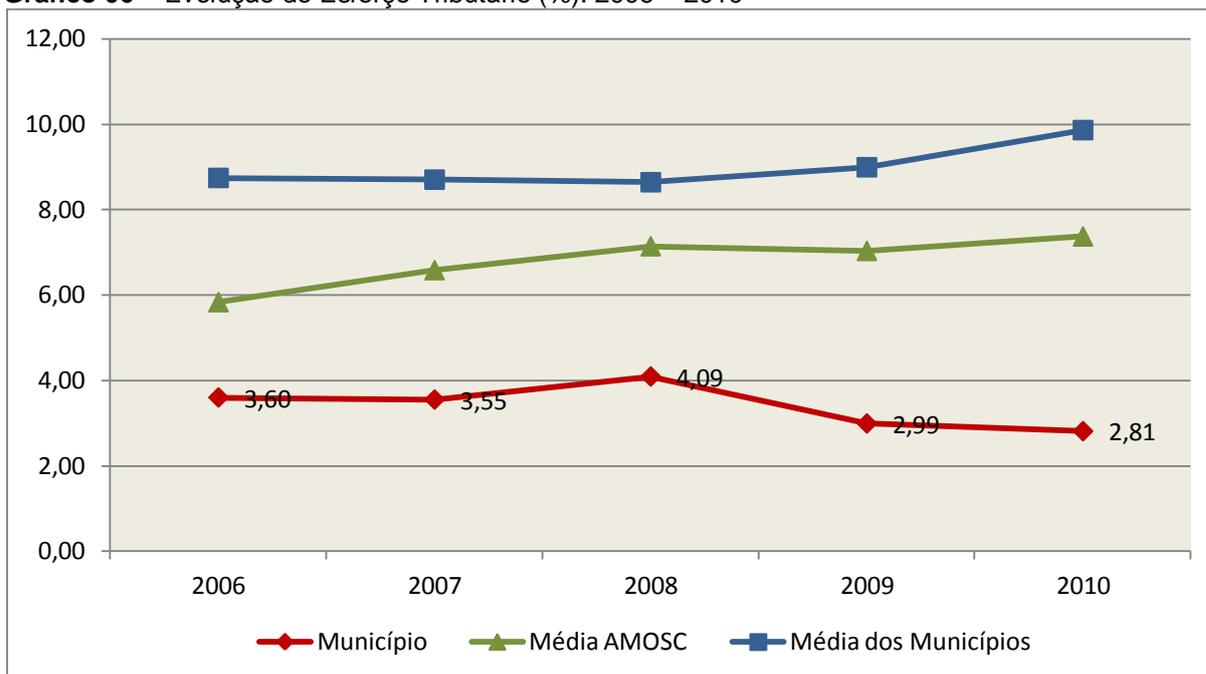


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **86,74%**, está concentrada na transferência corrente.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2006 – 2010

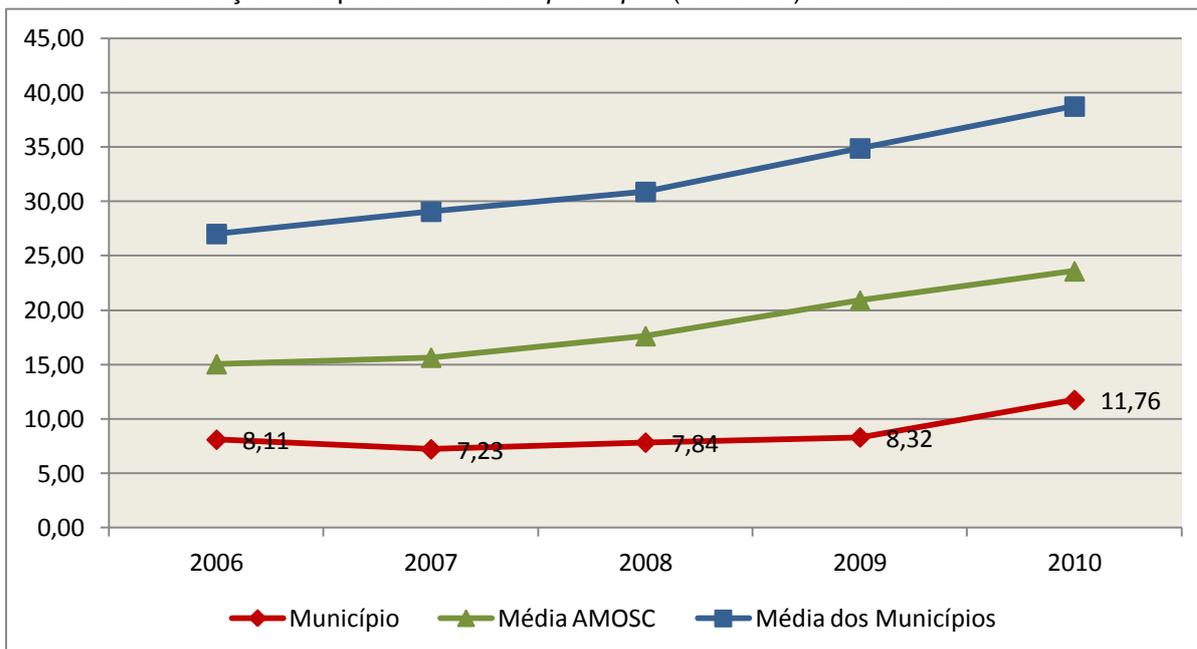


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU *per capita* (em Reais): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

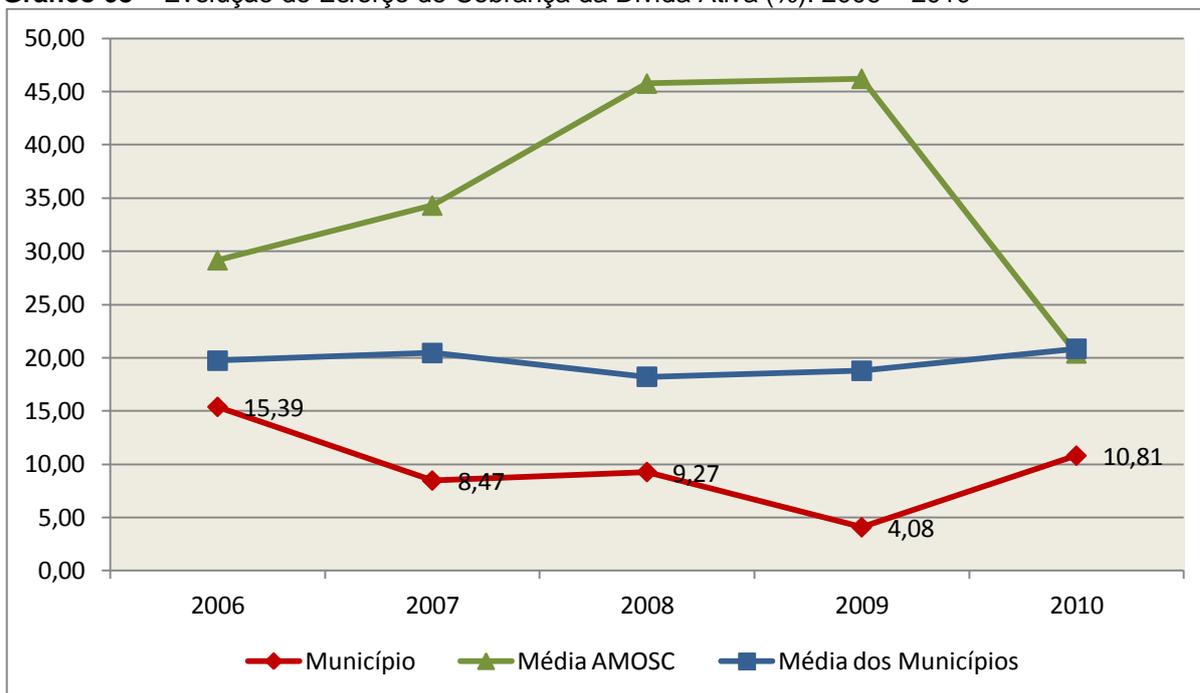
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2010

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
32.201,57	5.195,26	3.032,88	0,00	3.481,12	0,00	36.948,59

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2010

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	221.000,00	150.324,22	68,02
04-Administração	1.099.014,77	1.065.182,58	96,92
06-Segurança Pública	18.980,11	10.492,49	55,28
08-Assistência Social	498.708,57	375.088,73	75,21
10-Saúde	1.689.824,77	1.444.107,70	85,46
12-Educação	2.402.326,82	1.560.200,20	64,95
13-Cultura	814.300,00	12.812,00	1,57
15-Urbanismo	268.905,59	197.039,78	73,27
16-Habitação	18.619,11	12.300,00	66,06
17-Saneamento	1.315.017,97	213.422,94	16,23
20-Agricultura	1.088.950,00	722.724,59	66,37
22-Indústria	80.000,00	75.225,03	94,03
24-Comunicações	2.300,00	2.108,52	91,67
25-Energia	45.150,11	42.267,38	93,62
26-Transporte	1.988.974,34	1.218.076,67	61,24
27-Desporto e Lazer	155.000,00	146.321,74	94,40

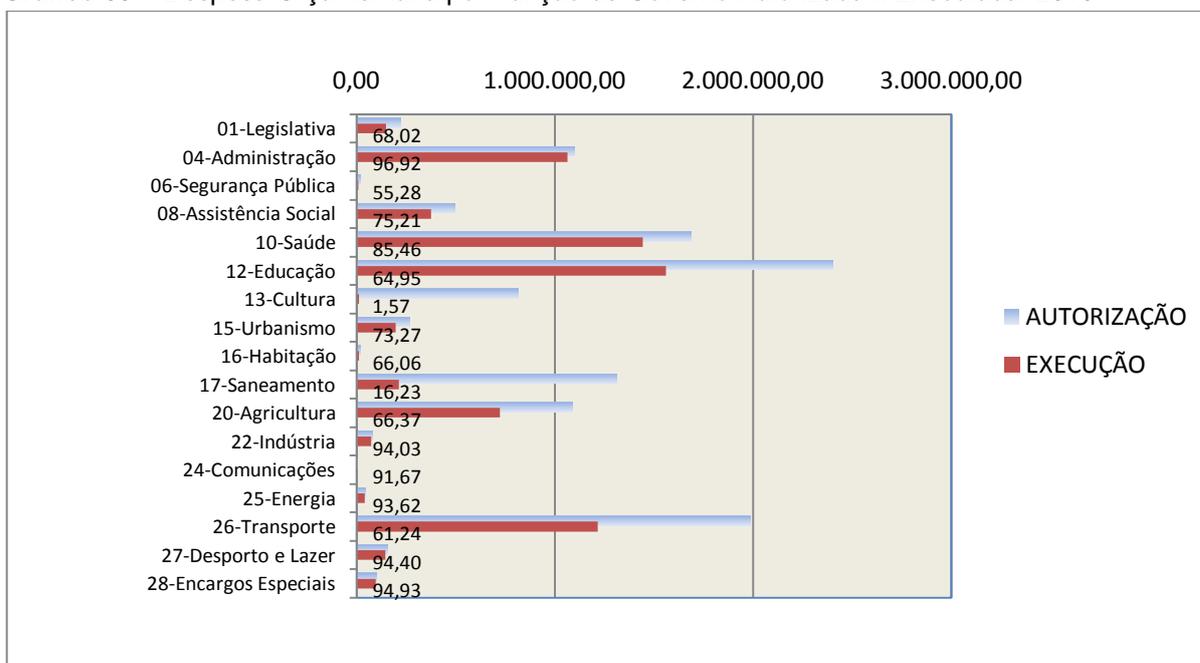
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
28-Encargos Especiais	102.800,00	97.584,03	94,93
TOTAL DA DESPESA	11.809.872,16	7.345.278,60	62,20

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2010



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2006 – 2010

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2006	2007	2008	2009	2010
01-Legislativa	131.444,28	136.949,34	146.541,53	159.207,70	150.324,22
04-Administração	597.845,21	734.924,24	921.623,21	903.507,64	1.065.182,58
06-Segurança Pública	5.994,61	7.043,05	12.116,23	13.132,82	10.492,49
08-Assistência Social	118.222,36	209.315,52	192.014,63	185.558,27	375.088,73
10-Saúde	823.600,15	951.551,15	1.223.282,70	1.237.166,62	1.444.107,70

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2006	2007	2008	2009	2010
11-Trabalho	44.001,26	197.284,54	882.518,23	99.939,80	-
12-Educação	969.262,59	1.069.764,76	1.312.406,94	1.387.979,43	1.560.200,20
13-Cultura	10.948,15	12.197,00	14.485,52	18.600,22	12.812,00
15-Urbanismo	450.101,10	70.115,51	809.393,51	302.434,74	197.039,78
16-Habitação	98.604,54	14.300,00	37.300,00	75.800,00	12.300,00
17-Saneamento	170.831,36	220.085,77	214.055,09	192.721,64	213.422,94
18-Gestão Ambiental	92.968,79	28.318,13	48.068,34	26.719,98	-
20-Agricultura	504.492,94	497.082,33	670.334,99	719.099,02	722.724,59
22-Indústria	1.459,00	191.231,26	186.084,35	29.469,00	75.225,03
23-Comércio e Serviços	4.835,00	-	-	-	-
24-Comunicações	6.500,80	17.667,25	7.267,44	9.000,01	2.108,52
25-Energia	49.455,07	70.737,96	64.259,65	41.411,15	42.267,38
26-Transporte	789.115,52	694.296,38	971.383,17	1.005.680,53	1.218.076,67
27-Desporto e Lazer	119.369,69	87.640,69	110.726,52	114.583,37	146.321,74
28-Encargos Especiais	58.992,15	67.040,19	132.996,83	52.879,35	97.584,03
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	5.048.044,57	5.277.545,07	7.956.858,88	6.574.891,29	7.345.278,60

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2010

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	32.536,68	0,51
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	41.098,39	0,64
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	80.443,47	1,26
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	30.985,63	0,49
Cota do ICMS	2.124.218,71	33,32
Cota-Parte do IPVA	75.016,00	1,18
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	45.040,29	0,71
Cota-Parte do FPM	3.927.203,65	61,60
Cota do ITR	1.237,29	0,02
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	13.484,52	0,21
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	3.467,14	0,05

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	853,62	0,01
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	6.375.585,39	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2010

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	8.322.381,57
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.237.241,45
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.085.140,12

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

Em seguida é analisada a evolução da situação patrimonial e financeira do município nos últimos 5 anos, com a apuração e demonstração de quocientes. Divergências contábeis relevantes serão apresentadas no capítulo 8, de forma que todos os fundamentos técnicos expostos neste relatório para fundamentar a confecção do parecer prévio estejam devidamente evidenciados.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Sul Brasil (em Reais): 2009 – 2010

ATIVO	2009	2010	PASSIVO	2009	2010
Financeiro	657.038,95	857.728,02			
Disponível	657.038,95	857.728,02			
Caixa	883,25	766,64			
Bancos Conta Movimento	343.464,27	280.252,55			
Bancos Conta Vinculada	173.779,98	92.698,43			
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	-	315.157,86			
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	138.911,45	168.852,54			
Permanente	8.456.185,11	8.992.462,92			
Créditos	112.273,01	-			
Créditos a Receber	49.487,24	-			
Empréstimos e Financiamentos	62.785,77	-			
Dívida Ativa	32.201,57	36.948,59			
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	6.293,40	5.500,00			
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	25.908,17	31.448,59			
Realizável a Longo Prazo	219.154,71	290.373,91			
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	219.154,71	290.373,91			
Investimentos	5.055,26	5.055,26			
Imobilizado	8.087.500,56	8.660.085,16			
Bens Móveis e Imóveis	8.085.020,56	8.657.605,16			
Bens Imóveis	3.932.369,96	4.214.233,46			
Bens Móveis	4.152.650,60	4.443.371,70			
Bens Intangíveis	2.480,00	2.480,00			
ATIVO REAL	9.113.224,06	9.850.190,94	PASSIVO REAL	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL		0,00	SALDO PATRIMONIAL	9.113.224,06	9.850.190,94
			Ativo Real Líquido	9.113.224,06	9.850.190,94
TOTAL	9.113.224,06	9.850.190,94	TOTAL	9.113.224,06	9.850.190,94

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

A variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2009 - 2010

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	657.038,95	857.728,02	200.689,07
Passivo Financeiro	0,00	0,00	0,00
Saldo Patrimonial Financeiro	657.038,95	857.728,02	200.689,07

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 857.728,02**. O Município não possui dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 200.689,07** passando de um Superávit de **R\$ 657.038,95** para um Superávit de **R\$ 857.728,02**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 857.728,02**.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2006 – 2010

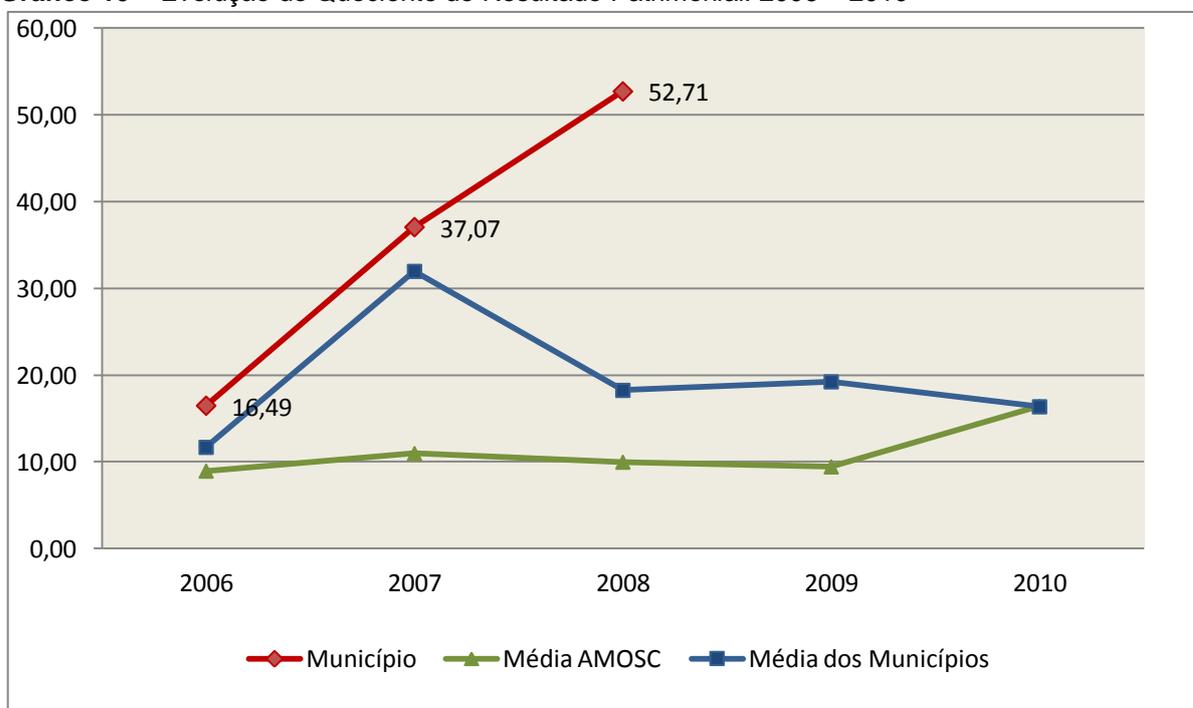
ITENS / ANO	2006	2007	2008	2009	2010
1 Despesa Executada	5.048.044,57	5.277.545,07	7.956.858,88	6.574.891,29	7.345.278,60
2 Restos a Pagar	145.548,00		166.800,00	0,00	0,00
3 Ativo Financeiro Ajustado	561.947,36	1.081.342,97	376.220,54	657.038,95	857.728,02
4 Passivo Financeiro Ajustado	145.548,00		166.800,00	0,00	0,00
5 Ativo Real	5.839.197,19	7.143.971,10	8.792.578,22	9.113.224,06	9.850.190,94
6 Passivo Real	354.109,76	192.739,12	166.800,00	0,00	0,00
QUOCIENTES	2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Patrimonial (5÷6)	16,49	37,07	52,71	0,00	
Situação Financeira (3÷4)	3,86		2,26	0,00	
Restos a Pagar (2÷1)*100	2,88	0,00	2,10	0,00	0,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2006 – 2010



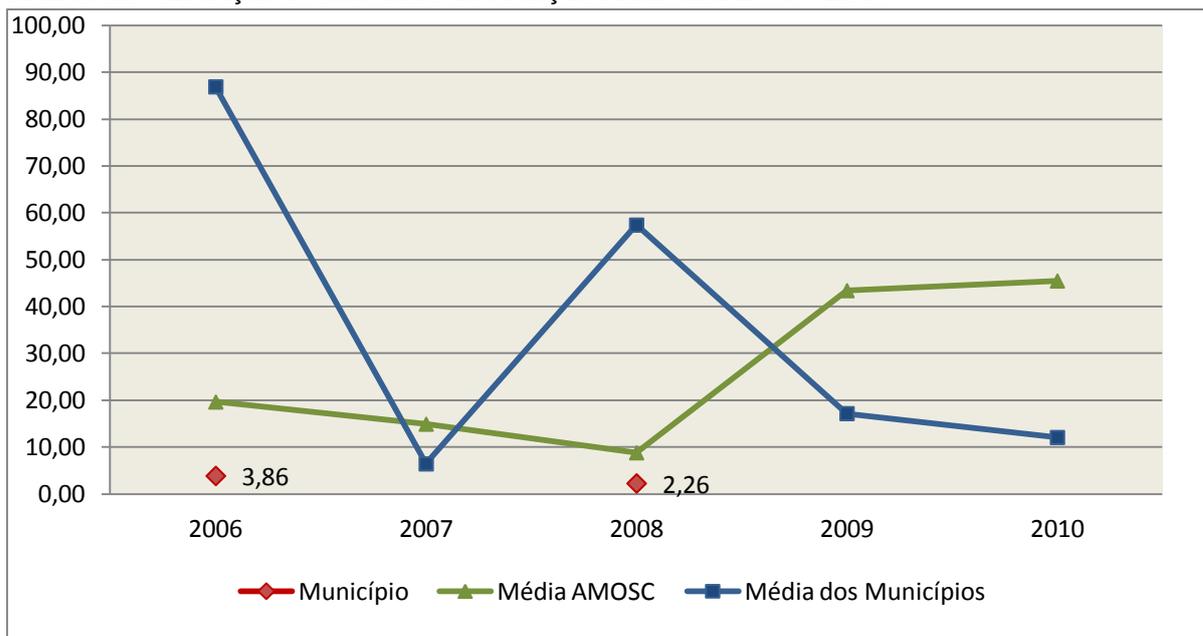
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Obs.: Ressalte-se que a Unidade não foi avaliada graficamente nos exercícios de 2009 e 2010, uma vez que não possui passivo real.

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Obs.: Ressalte-se que a Unidade não foi avaliada graficamente nos exercícios de 2007, 2009 e 2010, uma vez que não possui Passivo Financeiro.

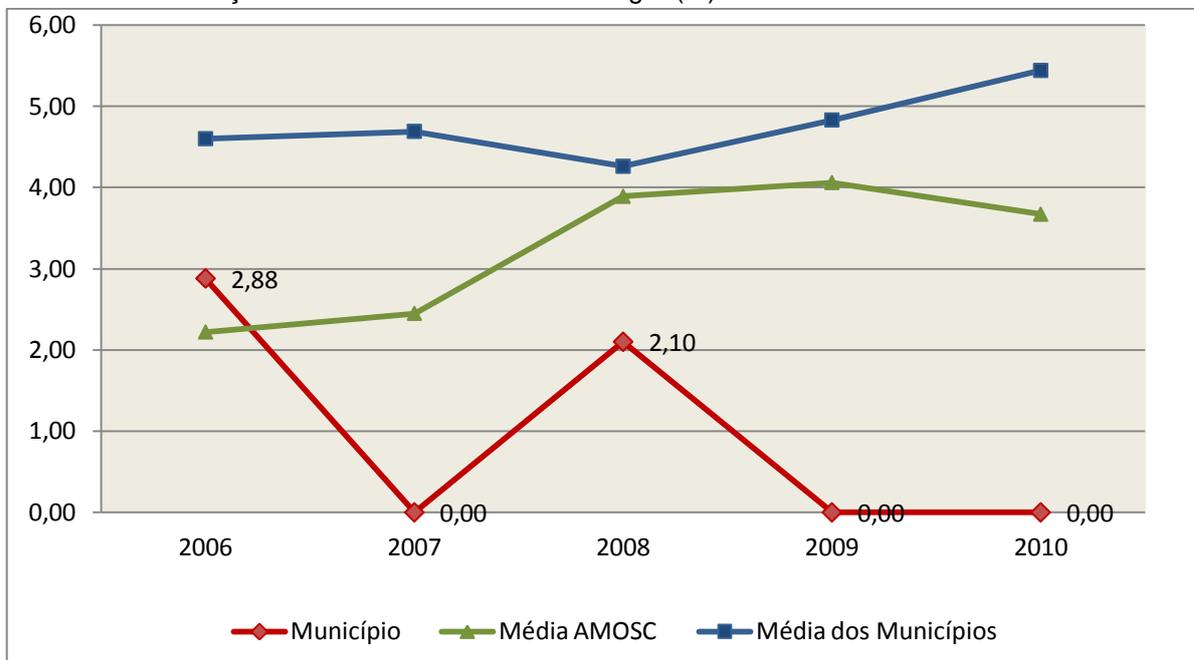
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se superavitária, sendo que no final do exercício de 2010 o mesmo não apresentava saldo em seu Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais a relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Sul Brasil é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **0,00%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2010 – art. 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	6.375.585,39	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.444.107,70	22,65
Atenção Básica (10.301)	1.176.305,96	18,45
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (10.302)	195.993,94	3,07
Vigilância Sanitária (10.304)	37.384,87	0,59
Vigilância Epidemiológica (10.305)	34.422,93	0,54
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	471.918,73	7,40
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	972.188,97	15,25
Valor Mínimo a ser Aplicado	956.337,81	15,00
Valor Acima do Limite	15.851,16	0,25

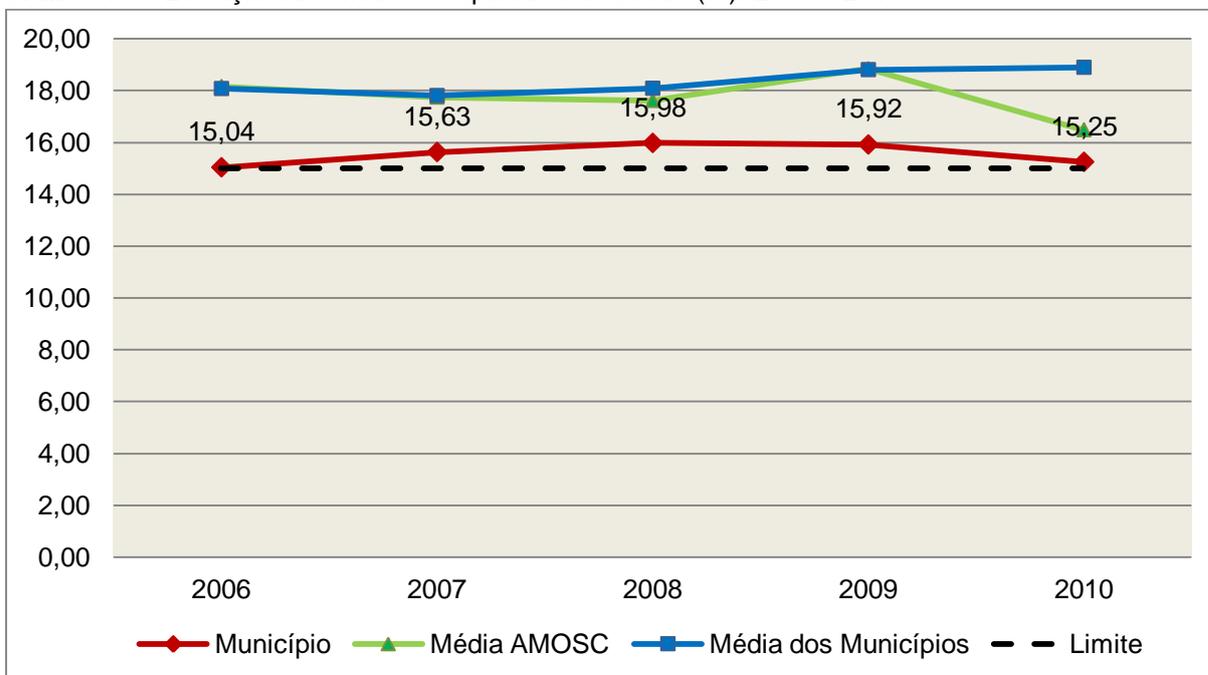
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Pelo demonstrativo acima, constata-se que o montante aplicado foi da ordem de **R\$ 972.188,97**, correspondendo a um percentual de **15,25%** da receita com impostos, inclusive transferências de impostos, evidenciando que o município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em ações e serviços públicos de saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (exercício de 2010) – art. 212 da Constituição Federal.

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	6.375.585,39	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	132.197,02	2,07
Educação Infantil (12.365)	132.197,02	2,07
Valor Aplicado Ensino Fundamental	1.324.709,53	20,78
Ensino Fundamental (12.361/12.366/12.367)	1.324.709,53	20,78
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	319.157,81	5,01
(+) Perda com FUNDEB	608.484,35	9,54
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.240,06	0,04
Total das Despesas para efeito de Cálculo	1.743.993,03	27,35

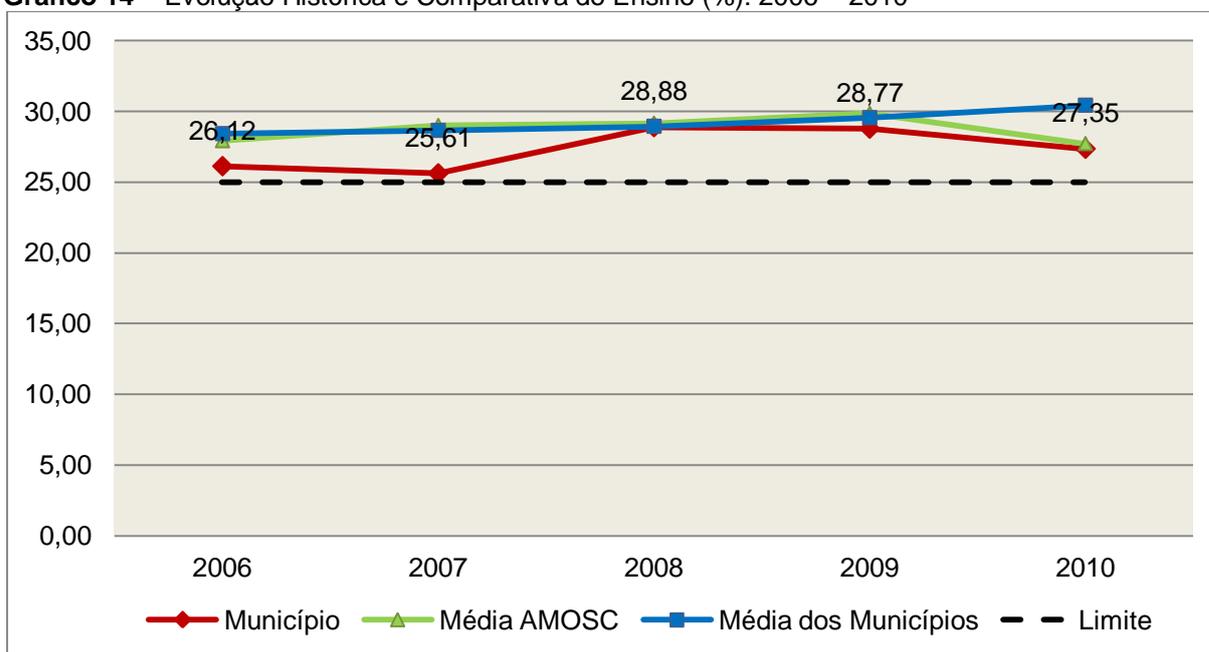
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.593.896,35	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	150.096,68	2,35

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.743.993,03** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **27,35%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 150.096,68**, representando **2,35%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico acima demonstra que o Município de **Sul Brasil** em 2010 reduziu seus gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

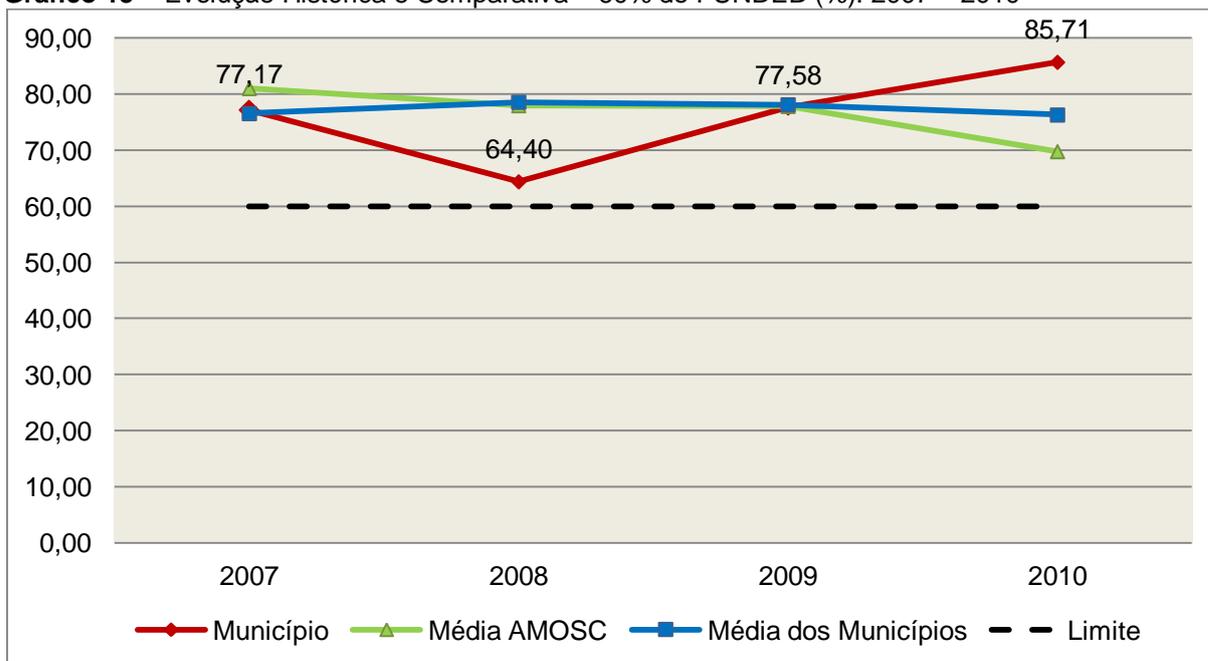
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério – FUNDEB: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	628.757,10
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	2.240,06
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	630.997,16
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	378.598,30
Total dos Gastos Efetuados c/Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício pagos c/ Recursos do FUNDEB, conforme informações extraídas do Sistema e-SFINGE, fonte de recursos 18, grupo de destinação de recursos 1 e 2 e informações complementares (fonte 19), folhas 249 a 254 e 286 a 287 dos autos (R\$ 165.478,25 + R\$ 375.322,90 = R\$ 540.801,15)	540.801,15
Valor Acima do Limite	162.202,85

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 540.801,15**, equivalendo a **85,71%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

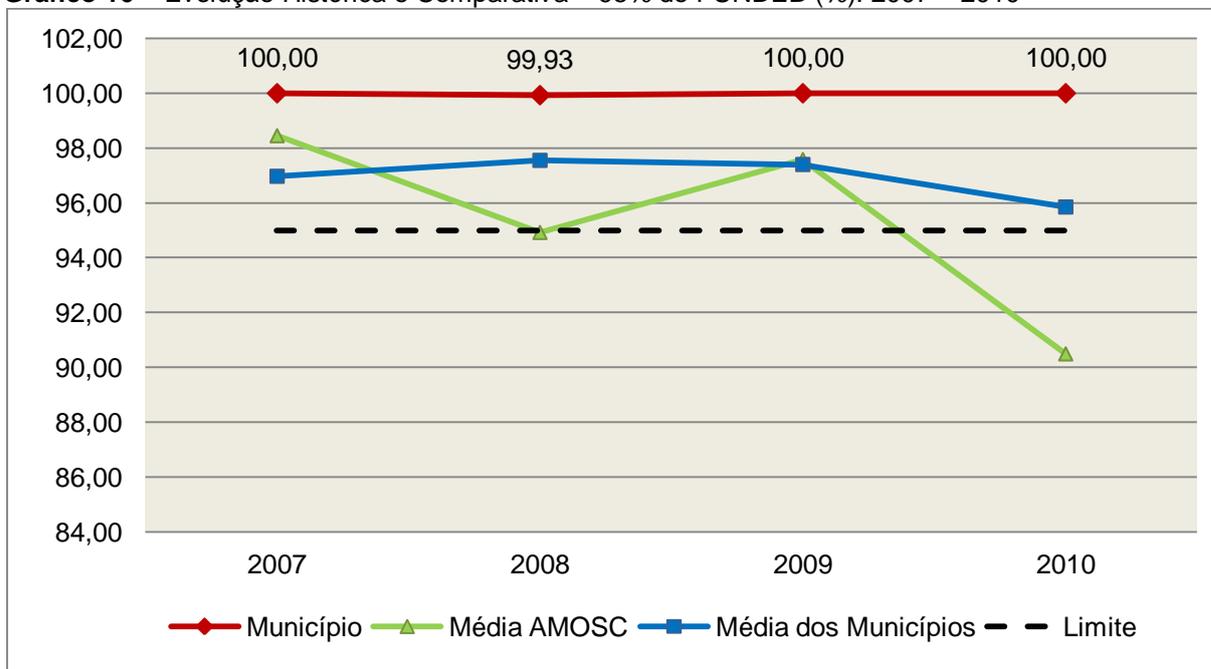
Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	630.997,16
95% dos Recursos do FUNDEB	599.447,30
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira, conforme Apêndice 1	630.997,16
Valor Acima do Limite	31.549,86

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O demonstrativo acima evidencia que o Município aplicou o valor de **R\$ 630.997,16**, equivalendo a **100,00%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o

Município de Sul Brasil manteve sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Ante a inexistência de saldo no encerramento do exercício de 2009 de recursos do FUNDEB, resta prejudicada a verificação prevista no art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2010

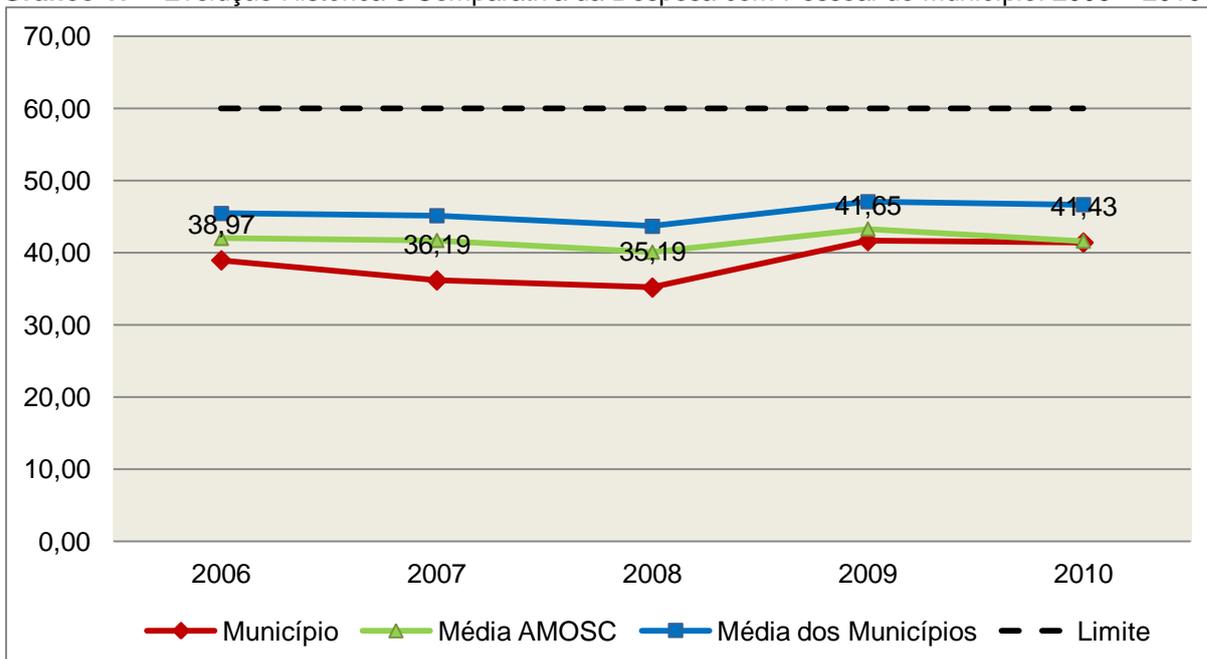
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.085.140,12	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	4.251.084,07	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	2.785.696,48	39,32
Pessoal e Encargos	2.785.696,48	39,32
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	149.935,98	2,12
Pessoal e Encargos	149.935,98	2,12
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	2.935.632,46	41,43
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.315.451,61	18,57

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **41,43%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Sul Brasil, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2010

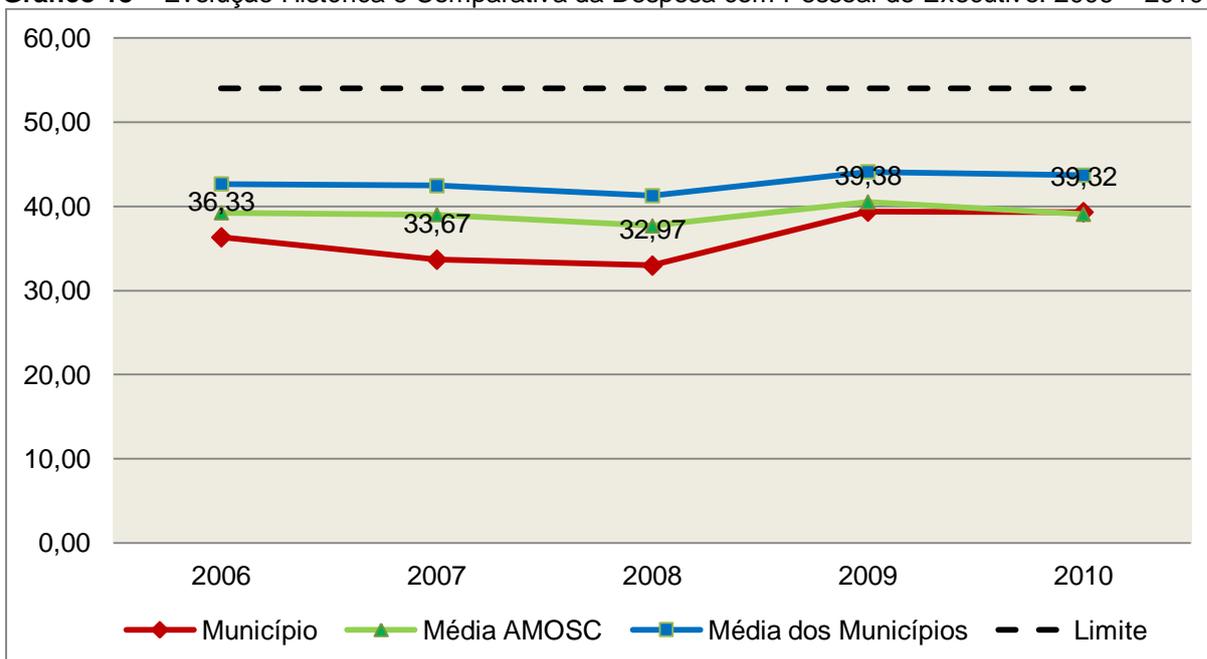
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.085.140,12	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	3.825.975,66	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	2.785.696,48	39,32
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	2.785.696,48	39,32
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.040.279,18	14,68

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **39,32%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2010

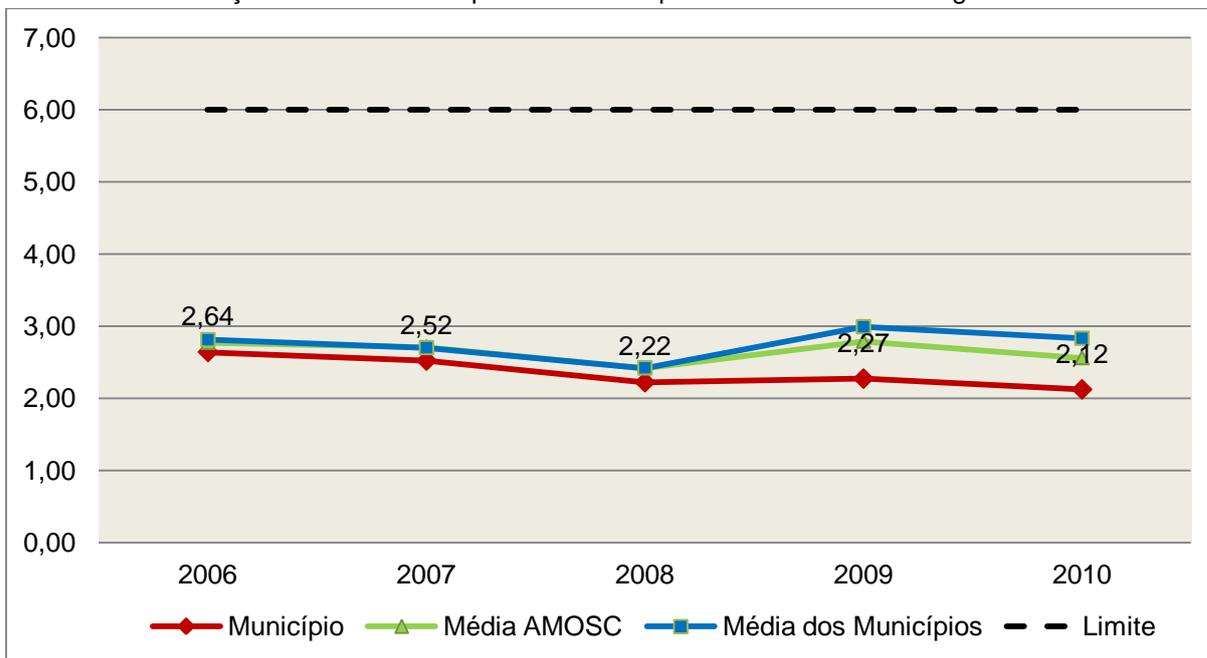
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.085.140,12	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	425.108,41	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	149.935,98	2,12
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	149.935,98	2,12
Valor Abaixo do Limite (6%)	275.172,43	3,88

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,12%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Sul Brasil, sua lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

Quadro 20 – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

LEI INSTITUIDORA	470, de 01/04/2003					
RESPONSÁVEL	Paulo Cesar Hubner		ATO DE NOMEAÇÃO		164, de 14/10/2009	
RELATÓRIOS BIMESTRAIS (art. 5º, § 3º, Res. nº TC 16/94)	Datas Limites para Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	31/03/2010	31/05/2010	02/08/2010	30/09/2010	30/11/2010	31/01/2011
	Datas de Entrega					
1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.	
19/05/2010	08/06/2010	05/08/2010	05/10/2010	06/12/2010	04/03/2011	

As restrições oriundas do descumprimento do art. 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004, encontram-se anotadas no Capítulo 9, deste Relatório.

As restrições oriundas do descumprimento do art. 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004, encontram-se anotadas no Capítulo 8, deste Relatório.

Na análise preliminar efetuada nos Relatórios remetidos verificou-se que no relatório de controle interno do primeiro bimestre o Município não estava cumprindo o percentual mínimo de gastos com Educação, sendo aplicado até o período 19,04%. Da mesma forma, até o período não estava cumprindo o percentual mínimo de gastos com Saúde, sendo aplicado o percentual de 14,67%. No primeiro bimestre, não foi efetuado o inventário geral para revisão e atualização do Patrimônio, sendo que já foi solicitado ao Setor de Patrimônio para que realize o Inventário dos bens e a reavaliação, em cumprimento ao que determina a legislação pertinente.

Nos relatórios de controle interno há a informação de que os mesmos foram elaborados com base nos dados fornecidos pelo Departamento de Contabilidade e pelos demais setores da Administração Municipal, sendo que o departamento de Controle Interno, por falta de tempo hábil, não conferiu os procedimentos contábeis nos quais os dados supra aludidos se embasaram.

No segundo bimestre, o Município não estava cumprindo o limite mínimo de gastos com ensino (23,42%), porém ao final do exercício cumpriu.

No quinto bimestre, o Município não estava cumprindo o percentual mínimo de aplicação em Saúde, sendo aplicado o percentual de 14,91%, porém ao final do exercício cumpriu. No departamento de Licitações e Contratos e verificação *in loco*, o Controle Interno acompanhou o Processo Licitatório nº 043/2010, Leilão nº 002/2010, com abertura no dia 08/09/2010, no qual constatou divergência nas propostas apresentadas e ausência de publicação no Diário Oficial do Estado e em Jornal de Circulação Regional, em desacordo com a Lei 8.666/93. Concomitantemente ao processo, o Controle Interno emitiu parecer sugerindo o cancelamento do referido processo licitatório, solicitando a realização de um novo processo de Leilão para a alienação dos bens. Com relação à verificação dos demais processos licitatórios, verificou-se ausência de algumas assinaturas nos processos e contratos não emitidos relativos aos processos licitatórios, sendo que foi estipulado pelo Controle Interno prazo para a devida regularização e a não reincidência dos fatos ocorridos.

7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao

princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Sul Brasil, constata-se que a despesa Fundo Municipal para a Infância e Adolescência representa 0,21% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal.

Além disso, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº 6.813/2011 (fls. 234 a 247 dos autos), verifica-se que:

1) O Conselho de Direitos da Infância e Adolescência, no exercício de 2010, estava formado pelas seguintes pessoas, segundo atos de posse encaminhados (fls. 235 a 237 dos autos):

Representantes do Governo Municipal:

- Eliana Damo Peruzzo – Representante da Secretaria Municipal de Administração;
- Marilene Prior Pietro Biasi – Representante do Departamento de Educação;
- Adilton Pietro Biasi – Representante do Gabinete do Prefeito;
- Jociel de Quadros – Representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Representantes das entidades:

- Valdemir Saugo – Representante dos Clubes de Idosos;
- Otaliva Morandi Orso – Representante da Associação Comercial e Industrial;
- Ivanete Saugo – Representante das APPs – Associações de Pais e Professores;
- Jovanessa Preuss – Representante dos Clubes de Jovens.

2) Houve a remessa de documento denominado Plano de Ação (fls. 238 a 240 dos autos) referente ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA. Todavia o mesmo foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente em 10/03/2010, conforme folha 247 dos autos, caracterizando o não cumprimento do disposto no artigo 260, § 2º da Lei Federal nº 8.069/90 combinado com o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, uma vez que referido Plano de Ação deve ser confeccionado tempestivamente, de forma que fosse considerado quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010, ou seja, em 2009.

3) Houve a remessa de documento denominado Plano de Monitoramento e Avaliação (Plano de Aplicação, fls. 241 a 246 dos autos) referente ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA. Todavia o mesmo foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente em 10/03/2010, conforme folha 247 dos autos, caracterizando o não cumprimento do disposto no artigo 260, § 2º da Lei Federal nº 8.069/90 combinado com o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, uma vez que referido Plano de Ação deve ser confeccionado tempestivamente, de forma que fosse considerado quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010, ou seja, em 2009.

4) Em resposta ao Ofício Circular TC/DMU nº 6.813/2011, a Unidade informou que em relação ao valor total referente à remuneração dos Conselheiros Tutelares da Criança e do Adolescente não havia documentos/informações a prestar (fl. 234 dos autos). Porém, no Balanço Geral há o registro de despesa com Jetons a Conselheiros, no valor de R\$ 538,18 (fl. 52), conforme também registrado no Sistema e-SFINGE:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Sul Brasil

Competência: 01/2010 à 06/2010

Unidade Orçamentária: =5003- Fundo Municipal para a Infância e Adolescência

Categoria Econômica: =3- Despesas Correntes

Grupo Natureza: =3- Outras Despesas Correntes

Modalidade Aplicação: =90- Aplicações Diretas

Elemento Despesa: =36- Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Nr. Licitação	VI. Empenho (R\$)	VI. Liquidado (R\$)	VI. Pago (R\$)	Histórico
0	3824	20/12/2010	JUSSARA V. AMANN HACKENHAAR		538,18	538,18	538,18	PELA DESPESA EMPENHADA jton lei 467/2003 a conselheira tutelar

Total VI. Pago (R\$): 538,18

Total VI. Liquidado (R\$): 538,18

Total VI. Empenho (R\$): 538,18

Total de Registros: 1

A remuneração total dos Conselheiros Tutelares representa 3,54% da despesa total do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA, sendo que a mesma está sendo paga com recursos do referido Fundo, em desacordo ao artigo 16 da Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010.

Art. 16 Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade

pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

[...]

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

8. OUTRAS RESTRIÇÕES

- 8.1. Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004.

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Demonstra adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 200.689,07
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 857.728,02
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	15,25%
4.2) Ensino	25,00%	27,35%
4.3) FUNDEB	60,00%	85,71%
	95,00%	100,00%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	41,43%
b) Poder Executivo	54,00%	39,32%
c) Poder Legislativo	6,00%	2,12%

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção in loco e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2010 do Município de Sul Brasil**, esta instrução apresenta a seguinte restrição:

1. RESTRIÇÃO DE ORDEM LEGAL

- 1.1. Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004 (item 8.1 deste relatório).

Diante da situação apurada, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades levantadas pelo Sistema de Controle Interno (Capítulo 6, deste Relatório);

III - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade mencionadas no Capítulo 7 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 1, em 13/10/2011.

CRISTINE WAGNER
Auditora Fiscal de Controle Externo

HEMERSON JOSE GARCIA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 1

De Acordo

Em 13/10/2011.

CRISTIANE DE SOUZA REGINATTO
Coordenadora de Controle
Inspetoria 1

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde (fls. 265 a 270 dos autos):	
- Fonte 23 – Transferências de Convênios: Saúde: 119.086,42	
- Fonte 64 – Atenção Básica: 271.263,73	
- Fonte 65: Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e Hosp.: 11.323,38	
- Fonte 66 – Vigilância em Saúde: 23.840,03	
- Fonte 67 – Assistência Farmacêutica Básica: 27.505,17	
- Fonte 88 – Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde: 18.900,00	
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	471.918,73

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil (fls. 259 a 263)	
- Fonte 58 – Salário Educação: 988,09	988,09
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	
- Fonte 22 – Transferências de Convênios: Educação: 109.452,57	
- Fonte 58 – Salário Educação: 10.358,20	
- Fonte 61 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE: 46.709,45	
- Fonte 62 – Outros recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: 135.778,50	
Outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental, referente a transferências financeiras para a APAE (fl. 328 dos autos)	15.871,00
Total das deduções das despesas com Educação Básica	319.157,81

APÊNDICE 1

O valor das despesas para fins de apuração do limite mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07, bem como o controle da utilização de recursos para o exercício subsequente, foram apurados conforme quadros a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
Transferências do FUNDEB em 2010	628.757,10
(+) Rendimentos de aplicação Financeira do FUNDEB	2.240,06
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010 (Sistema e-Sfinge, fls. 273 a 278) Agência BB conta 18.445-4 - conta corrente e conta aplicação	0,00
(+) Despesas empenhadas e liquidadas e as não liquidadas, com recursos do FUNDEB, inscritas em Restos a Pagar com disponibilidade dos recursos do FUNDEB (Sistema e-Sfinge, fls. 288 a 294)	0,00
(=) Total de recursos do FUNDEB utilizados no exercício de 2010	630.997,16

Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º, da Lei nº 11.494/2007)	
Descrição	Valor (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010 (fls. 273 a 278)	0,00
(-) Despesas empenhadas e liquidadas e as não liquidadas, com recursos do FUNDEB, inscritas em Restos a Pagar com disponibilidade dos recursos do FUNDEB (Sistema e-Sfinge, fls. 288 a 294)	0,00
(=) Recursos recebidos do FUNDEB em 2010 que não foram utilizados	0,00